

Operação Compliance Zero

Sessão suspensa por até 90 dias

Placar no STF fica em 4 x 3 pela separação dos processos de Moraes e Mendonça. Cármen Lúcia se diz envergonhada com crise na Corte

» RENATO SOUZA
» LUÍZA ALTOÉ
» ALÍCIA BERNARDES

Após um longo dia de discussões e troca de acusações, os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) encerraram a sessão extraordinária com um placar de 4 votos a 3 para rejeitar o julgamento conjunto dos ministros Alexandre de Moraes e André Mendonça. Última a votar, a ministra **Cármen Lúcia** se disse envergonhada com a crise que atinge a Corte.

O colegiado se reuniu para decidir se abriria investigação contra Moraes por suposto envolvimento com o dono do Banco Master, Daniel Vrcaro. No entanto, o ministro Gilmar Mendes apresentou uma questão de ordem e propôs que fosse avaliada em conjunto com a situação de Mendonça — acusado por Moraes de abuso de autoridade, improbidade administrativa, crime de responsabilidade e favorecimento a “determinado grupo político”.

Em meio aos debates acalorados, o ministro Flávio Dino pediu vista, ou seja, mais tempo para analisar o caso. A decisão paralisa o julgamento por até 90 dias. O voto do magistrado não foi contabilizado, embora ele tenha indicado que é a favor do julgamento conjunto da conduta de ambos os ministros.

Assim, o placar ficaria empatado em 4 x 4. Em situações assim, regimentalmente, o voto do presidente da Corte — no caso, Edson Fachin — tem peso dois, o chamado voto de qualidade. Mas tudo vai depender do entendimento da maioria dos ministros no momento em que o resultado tiver de ser proclamado de maneira definitiva.

Fachin foi o primeiro a votar e decidiu manter os julgamentos separados. “Quero, desde logo, manifestar-me no sentido de manter não apenas a separação entre os julgamentos. Portanto, voto no sentido de prosseguir o julgamento de hoje (ontem), bem como de não levar a efeito o pensamento dos feitos

Rosinei Coutinho/STF



Estou nesta sessão em estado de profunda consternação e tristeza (...), porque este Supremo Tribunal Federal (...) provocou um mal-estar cívico. Eu me sinto até um pouco envergonhada de, no momento em que o Brasil está a menos de 20 dias da eleição, estarem todos voltados a questões do Supremo”

Cármen Lúcia, ministra do STF

Desculpas

Cármen Lúcia expôs o constrangimento que paira em parte do colegiado de ministros. Ela disse que deveria ter agido de alguma forma para tentar evitar que a situação chegasse ao ponto que chegou. Acrescentou que os ministros não conseguiram garantir rigor e serenidade no processo e pediu “desculpas” por não ter contribuído o suficiente para acalmar os ânimos e conduzido melhor o processo.

mencionados e, por via de consequência, fica prejudicada a redistribuição na forma regimental”, disse.

Mendonça acompanhou o voto de Fachin, assim como Luiz Fux e Cármen Lúcia. Gilmar Mendes, Cristiano Zanin e Alexandre de Moraes votaram pela análise conjunta da situação. “Entendo não haver as mesmas bases fáticas. O que há, em

relação a mim, é um suposto relatório de inteligência, um relatório ilegal, com monitoramento e coleta seletiva de dados de ministros do STF e de outras autoridades, em uma atividade própria de uma PF paralela. Documento ilegal, que o próprio documento fala que é sem valor probatório. São questões fáticas e jurídicas totalmente distintas”,

argumentou Mendonça.

No começo da noite, Fachin pediu que o procurador-geral da República, Paulo Gonet, apresentasse manifestação sobre a situação. Gonet, também citado em mensagens de Vrcaro, afirmou que não há nenhuma ilegalidade relacionada ao trabalho dele.

A sessão do plenário que vai avaliar acusações contra Mendonça está agendada para a próxima terça-feira. Porém, com a decisão de Dino, é possível que a reunião do colegiado seja adiada até a devolução do processo. O adiamento, no entanto, depende de avaliação de Fachin.

Vergonha

A ministra Cármen Lúcia, ao votar contra o julgamento conjunto, disse estar triste com o fato do STF ter provocado um “mal-estar cívico em todos os cidadãos brasileiros”.

“Eu me encontro, como talvez muitos de meus colegas, em estado de profunda consternação e tristeza”, admitiu. Ela pediu pediu desculpas aos brasileiros e se disse envergonhada com a situação. “Eu me sinto, e estou falando apenas por mim — quem fala pelo Supremo é Vossa Excelência, presidente —, um pouco até envergonhada de, no momento em que o Brasil está a menos de 20 dias da eleição, estarem todos voltados a questões do Supremo, que são questões processuais, em parte, e com questões graves mesmo”, ressaltou.

A magistrada avalia que “houve uma espetacularização desses casos, desta sessão, que não faz mal apenas ao Supremo ou ao Poder Judiciário, faz mal ao país”.

De acordo com Cármen Lúcia, “não há pressões sobre juízes, porque nós não teríamos um Poder Judiciário”. “É falsa essa ideia de que clamor público vai nos fazer votar num ou noutro sentido. É preciso que as pessoas acreditem que nós temos a independência necessária para continuarmos a ser juízes”, acrescentou.

Mensagens citam filhos de ministros

Um dia após magistrados do Supremo Tribunal Federal (STF) terem acesso às mensagens armazenadas no celular do dono do liquidado Banco Master, Daniel Vrcaro, vieram à tona conteúdos que envolvem os ministros Luiz Fux e Nunes Marques, alinhados a André Mendonça no julgamento sobre a possibilidade de investigação de Alexandre de Moraes. Uma decisão de Flávio Dino sobre um processo que envolve o Instituto Iter também fez parte da movimentação na Corte.

Horas antes da sessão de ontem, conversas extraídas do celular de Vrcaro indicaram pagamentos do banqueiro ao filho de Nunes Marques e uma relação de proximidade entre Vrcaro e o filho de Fux. Os dois ministros eram apontados como favoráveis à abertura de uma apuração sobre a relação entre Moraes e o banqueiro.

Após a divulgação das mensagens, Nunes Marques se declarou impedido e não participou do julgamento. Fux votou pela investigação.

As mensagens trocadas por WhatsApp pelo banqueiro Daniel Vrcaro indicam pagamento de R\$ 500 mil ao advogado Kevin de Carvalho Marques, filho de Nunes Marques.

A informação aparece em conversa de Vrcaro com o então diretor jurídico do Banco Master, Luiz Rennó, em julho de 2025. As mensagens fazem parte da íntegra do conteúdo do celular do banqueiro, apreendido pela Polícia Federal.

Em nota, a assessoria de Kevin Marques afirmou que o advogado “não prestou serviço ao Banco Master nem recebeu dinheiro do banqueiro Daniel Vrcaro”.

Rosinei Coutinho/STF



Nunes Marques se declarou impedido após a divulgação das conversas, mas Fux participou da sessão

Ao se declarar impedido para participar da sessão de ontem, Nunes Marques usou como justificativa sua posição como presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A decisão, porém, ocorreu horas após a divulgação de mensagens mostrando a ligação de seu filho, Kevin, com Vrcaro.

“Em que pese, e os debates vão fluir, que esse julgamento eventualmente pode também impactar no cenário político eleitoral. Então, na condição de presidente do TSE, eu não me sinto confortável para participar desse julgamento e afirmo o meu impedimento”, disse Nunes Marques, pouco antes de se retirar da sessão.

Rodrigo Fux

Dados extraídos do celular mostram, também, conversas de Vrcaro com o advogado Rodrigo Fux,

filho do ministro Luiz Fux. Nos diálogos, o banqueiro chama o advogado para “ajudar num caso”, e ambos marcam encontros em São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília.

A troca de mensagens também indica que Vrcaro bancou ingressos para a família de Rodrigo Fux em um camarote VIP no desfile das escolas de samba do Rio de Janeiro, em fevereiro de 2025.

Em 5 de novembro de 2025, Vrcaro escreveu a Rodrigo Fux: “Quero te chamar pra me ajudar num caso”. O advogado respondeu: “Claro. O que for melhor pra vc”. Em seguida, eles combinam uma chamada de vídeo. “Será um prazer, se eu puder ajudar”.

Ambos se tratam de maneira informal no diálogo. Rodrigo Fux chamou Vrcaro de “amigo” e “irmão”. Em maio de 2024, o filho do ministro convidou o dono do Master para um encontro. “Quando

estiver em SP te dou um toque pra almoçarmos ou fumarmos um charuto”, disse.

Em nota, a assessoria de Rodrigo Fux afirmou que ele nunca advogou para Vrcaro nem para o Master, nunca fez nenhuma proposta de trabalho ao seu grupo econômico e nunca recebeu nenhum valor do banqueiro.

“A despeito do tom informal dos diálogos vazados, o que houve foi uma tentativa de aproximação comercial por parte de Daniel Vrcaro e seus sócios”, afirmou Rodrigo Fux em nota.

O ministro Dias Toffoli também não votou na sessão. Ele alegou “suspeição de foro íntimo” e disse que tem se “manifestado na Turma pela suspeição”. Desde que deixou a relatoria do processo do Master no STF, o magistrado tem se declarado suspeito em todos os julgamentos do caso.

Rosinei Coutinho/STF



Moraes se defende e aponta motivação político-eleitoral

Após 15 dias de silêncio, o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), defendeu-se das suspeitas que recaem sobre seu relacionamento com Daniel Vrcaro, dono do Banco Master.

Em uma petição de 44 páginas, Moraes afirmou ser alvo de uma “farsa montada”, negou a troca de mensagens com o banqueiro e disse que todos sabem a “motivação político-eleitoral dessas criminosas mentiras”.

“Vingança dos aliados daqueles que tentaram acabar com a democracia e foram condenados”, declarou, em alusão às condenações do núcleo ligado ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) por tentativa de golpe de Estado.

A entrega da peça de defesa ao presidente da Corte, ministro Edson Fachin, ocorreu pouco antes do julgamento no plenário do STF. “Nenhuma ilação foi mais falsa, criminosa e mentirosa do que a questão dos supostos diálogos por mensagens entre mim e Daniel Vrcaro, supostamente relacionadas à ‘Operação Compliance’”, afirmou Moraes. “O mais grave. As ilações absurdas (...) simplesmente não existiram. Não existe diálogo, que pressupõe a existência de dois interlocutores, pois não há uma única mensagem ou bloco de notas com o texto de mensagens do ministro Alexandre de Moraes”, disse o magistrado, enfatizando trechos do texto com letras maiúsculas.

A Polícia Federal (PF) identificou o contato de Moraes no celular de Vrcaro a partir do cruzamento de metadados, arquivos temporários e registros da agenda do celular do banqueiro apreendido em 17 de novembro. Segundo a investigação, Vrcaro escrevia textos

no aplicativo bloco de notas, fazia capturas de tela, o que automaticamente gerava arquivos em PDF e, segundos depois, abria o WhatsApp para enviar o conteúdo. Após essas capturas, a primeira interação registrada no WhatsApp era o envio para o número salvo na agenda do aparelho de Vrcaro como “Alexandre de Moraes Brasília”.

Ilegal

O ministro alegou que “as informações apresentadas demonstram que a ilegal investigação realizada contra ministro do STF, sem pedido da Procuradoria-Geral da República e autorização do plenário do Tribunal, não apontou a existência de nenhum indício de infração penal”.

“A investigação ilegalmente produzida pela Polícia Federal por determinação do Ministro André Mendonça não apresentou nenhum indício de que o Ministro Alexandre de Moraes tinha prévio conhecimento da decisão da Justiça Federal de 1ª instância que determinou a ‘Operação Compliance’ ou que tenha entrado em contato com qualquer autoridade sobre esse assunto ou, ainda, que tenha vazado alguma informação, que nem ao menos tinha ciência”, alegou o ministro. Segundo relatório da PF, Vrcaro perguntou a Moraes se deveria sair do país um dia antes de ser preso, em 17 de novembro.

Das 44 páginas da peça de defesa, Moraes dedicou cerca de 10 para rebater o conteúdo das mensagens e seu teor comprometedor. No restante do documento, concentrou a argumentação em questionar a suposta “ilegalidade” e o “direcionamento enviesado” do relatório da PF produzido sob a relatoria de Mendonça.